

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO "VALE DO MÉDIO AVE"

O Vale do Médio Ave (concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso) tem constituído objecto recente de estudos enquadrados fundamentalmente em acções de planeamento (Planos Directores Municipais, Planos Gerais de Urbanização, Gestão de Recursos Hídricos...) e em linhas de pesquisa individuais ou em grupo de investigadores de várias proveniências (Geógrafos, Arquitectos, Economistas, Sociólogos e Historiadores, sobretudo). Desta forma se vai constituindo uma imagem sucessivamente mais clara e articulada das realidades locais, das quais, integrados nesses estudos, procuraremos extrair as linhas de força essenciais, particularmente no que ao concelho de Guimarães diz respeito.

A primeira impressão do viajante que percorre estas áreas é de um território aparentemente anárquico que, mais ou menos abaixo da cota dos 300 metros de altitude, apresenta um mosaico difuso de localização mesclada de diferentes actividades - a agricultura, a indústria, os serviços, o comércio retalhista... - , ligado por uma configuração viária capilar não nitidamente hierarquizada que vai estruturando o desenvolvimento de manchas de povoamento e unidades produtivas. Com esta malha linear de urbanização do território (sucessivamente colmatada nos seus espaços intersticiais onde novas localizações produtivas industriais e/ou habitação e pequeno comércio vão surgindo) coexiste a nuvem do povoamento difuso percorrida por caminhos rurais e uma rede densa de aglomerados urbanos que ora correspondem a antigos assentamentos populacionais (as sedes de concelho, sobretudo), ora correspondem ao desenvolvimento mais ou menos recente de núcleos industriais que se foram posicionando em locais privilegiados que a redefinição das acessibilidades foi catalizando (Pevidém, Caldas das Taipas e Vizela, no concelho de Guimarães ou Trofa e Vila das Aves no concelho de Santo Tirso, são exemplos bastante expressivos desse fenómeno).

Outras vezes, e se sairmos para fora do espaço industrializado - o sector N e E do concelho de Guimarães, por exemplo - é a paisagem convencional do Noroeste rural de baixa e média encosta que se nos oferece: a predominância da pequena exploração agrícola de policultura e a marca do povoamento disperso ou em pequenos aglomerados, revitalizada no último vinténio pelas novas construções dos emigrantes.

Demograficamente, sobretudo nas primeiras tipologias quereferimos, persiste um crescimento bastante acentuado condicionado mais pelo crescimento natural da população do que por formas suficientemente importantes de mobilidade. Os indicadores desta vitalidade estão bem presentes no equilíbrio e juventude da estrutura etária, assim como nas altas taxas de natalidade ainda registadas (apesar da quebra nos últimos dez/quinze anos).

A relativa homogeneidade do modelo territorial - sobretudo quando analisado no seu conjunto e em relação a áreas mais vastas - e esta capacidade forte de fixação populacional, correspondem obviamente a uma base sócio-produtiva que se materializa em tais formas e que tentaremos caracterizar genericamente tendo em atenção, sobretudo, o modelo de industrialização difusa.

1. A indústria, e sobretudo a têxtil, impõe-se esmagadoramente como a actividade por excelência desta região, quer pelo volume da produção, quer pelo emprego e

rendimento que gera. O modelo disperso da «*industrialização rural difusa*» ou a localização urbana da produção industrial, encontra as suas raízes na forma como, a partir de meados do século passado, se organizou a produção industrial fundamentalmente baseada nos produtos têxteis. Desde meados do século passado, a mescla rural/industrial surge como o prolongamento da organização capitalista de uma produção artesanal integrada na esfera doméstica agrícola - a fiação e tecelagem do linho. Por outro lado, este tipo de organização, protagonizada sobretudo pelos comerciantes da cidade de Guimarães, ou do Porto, desenvolveu algumas concentrações industriais de matriz urbana hoje fortemente proletarizadas e cuja reprodução social pouco ou nada tem a ver com a produção agrícola para auto-consumo.

As primeiras maquinofacturas do linho e, cada vez mais, do algodão foram assim coexistindo com a «*indústria doméstica*» e com o trabalho ao domicílio, caracterizando um tecido produtivo heterogêneo não necessariamente segmentado e articulado entre si segundo estratégias explícitas de organização da produção e de gestão do mercado de trabalho: sobre a Companhia de Fiação de Tecidos de Guimarães (1913) dizia-se que «a tecelagem manual é de produção particular e caseira, disseminada por várias freguesias do concelho de Guimarães e próximas. A Companhia urde e entrega as teias. O casal fabricante tem um ou dois teares (...) nos quais trabalham, segundo as conveniências caseiras, marido, mulher e filhos» (A. GERALDES, *A Indústria do Linho no Distrito de Braga, Coimbra, 1913*, p. 100).

Ao tecido locativamente difuso da produção artesanal ao domicílio e à coexistência de grandes empresas organizadoras da produção nos finais do séc. XIX e início do séc. XX, corresponde hoje um modelo semelhante constituído por um aglomerado heterogêneo onde pontualizam as empresas de dimensão considerável em torno das quais gravita uma miríade de pequenas empresas, às vezes familiares, às vezes «*subterrâneas*», cuja existência é em parte explicada e viabilizada por traços de subcontratação sem os quais essa existência estaria comprometida. É a configuração deste *sistema produtivo integrado* e o posicionamento que nele ocupam as diferentes tipologias de empresas ou o trabalho ao domicílio que importa ter em conta quando queremos perceber a localização industrial ou a estrutura segmentada do mercado de trabalho e da organização da produção.

Ao contrário da concentração, é este padrão pulverizado, juntamente com a localização das grandes empresas em meio rural ou muito próximas dele que dá a tônica e permite a mescla rural/industrial/urbana do território, favorecendo deslocações casa-trabalho de curto raio e compatibilizando a ocupação doméstica e industrial da força de trabalho feminina que constitui a fatia maioritária da oferta.

2. A agricultura, pelo território que ocupa, pela marca que impõe na paisagem e, menos, pelo número de pessoas que ocupa, é outra das actividades que importa ter em conta.

Apesar do significado estatístico da (muito) pequena propriedade - arrendada ou própria em percentagens idênticas - é mais uma vez a heterogeneidade que persiste: lado a lado coexistem pequenas explorações e quintais de produção para auto-consumo e grandes explorações empresariais especializadas que, em períodos de ponta, recrutam uma mão-de-obra sazonal que ocasionalmente deixa a fábrica, onde, de resto, os níveis salariais nem sempre são suficientes para cobrir níveis médios de rendimento e consumo.

Mais do que uma ruptura nítida de ocupações, é o quadro da *pluriactividade* que mais frequentemente se impõe. As formas de reprodução da pequena exploração passam pois por modalidades combinatórias de gestão do potencial de força de trabalho que qualitativamente existe nos agregados familiares agrícolas.

3. Finalmente, tentando completar o quadro de actividades, o comércio e os serviços caracterizam-se sobretudo pela sua sub-representatividade se exceptuarmos o co-

mércio retalhista. A exploração desta situação deve, na nossa opinião, ser procurada a vários níveis.

a) O modelo industrial dependente, fortemente integrado na economia-mundo, é ainda incapaz de criar o seu próprio terciário: muitos dos segmentos da organização e transporte, a investigação e a procura/adaptação de novas tecnologias, estão localizadas no Porto ou directamente nos países e empresas estrangeiros que contratam as empresas locais.

Também, os diferenciais nos custos de força de trabalho em relação aos países concorrentes, ou o próprio carácter trabalho-intensivo em alguns processos produtivos (a confecção, por exemplo), originam, juntamente com uma estrutura de custos muito frágil na maioria das pequenas empresas, uma propensão muito baixa ao investimento em maquinaria e técnicas especializadas, sendo os preços finais da produção concorrentes porque interiorizados pelos baixos níveis de remuneração da força de trabalho. Por aqui se poderão compreender quer os desajustamentos entre a formação e a redistribuição do rendimento que não deve favorecer o consumo criador de outro tipo de terciário, quer aquele que constitui os «serviços às empresas ou nas empresas».

b) A fragilidade do investimento do Estado-Social explica uma outra grande falta: a insuficiência da cobertura ao nível de equipamentos como Creches, Jardins de Infância, Ensino Técnico e Superior (recentemente colmatado parcialmente com algumas unidades da Universidade do Minho) e de Saúde, não permite a fixação de um terciário significativo com essas características. O mesmo tipo de investimento por parte de particulares reveste um carácter aleatório até porque, visando fins lucrativos, iria chocar com a estreiteza da procura potencial, que devido à precariedade do rendimento e/ou à possibilidade da família interiorizar cuidados sanitários, serviços sociais de protecção à infância e à velhice, não recorreria necessariamente a esses serviços.

c) A outra fatia do terciário explicada pelo comércio retalhista, sobretudo, essa sim está presente. As mercearias, cafés, mini-mercados... existem um pouco por todo o lado, acompanhando o padrão difuso do povoamento e ocupando uma boa parte dos rés-do-chão de muitas casas de habitação posicionadas ao longo das vias principais e secundárias. Também aqui, em termos de actividade, o quadro da multi-actividade familiar se repete dadas as características da quase maioria destas empresas. Outras unidades funcionais do mesmo tipo mas de hierarquia superior veem-se também condicionadas devido aos patamares reduzidos de clientela funcional.

Outras estruturas dependentes do turismo, sobretudo o que é explicado pelos viajantes de negócios, estão mais nos locais de realização das feiras Nacionais ou Internacionais - os locais onde os negócios se fazem - do que no Ave ou, particularmente, na cidade de Guimarães. Também aqui é mais uma vez o Porto que interpreta esse papel, organizando exposições-feiras internacionais como a PORTEX e chamando a si o investimento das cadeias nacionais ou internacionais de hotelaria. O mesmo se poderá dizer, em boa parte, do sector da Banca e Seguros.

Sociologicamente persiste um modelo caracterizado pelo *familialismo*. Em agregados familiares agrícolas semi-proletarizados ou em agregados urbanos proletarizados verifica-se uma constante: as famílias numerosas (nucleares ou alargadas) correspondem a modalidades de reprodução social onde a complementarização de salários ou outros rendimentos (pensões, reformas, transferências de emigrantes, rendimentos agrícolas...) se torna necessária para assegurar patamares de consumo conformes. Também, o desajustamento entre a oferta e a procura de habitação explicado por uma oferta reduzida ou condicionada pelos preços e pela inacessibilidade a créditos bancários, é fortemente condicionada da co-habitação, da formação tardia de novos núcleos familiares ou da retenção até muito tarde de filhos adultos activos na família.

As redes apertadas de parentesco, a entrajuda ou o continuum social entre empregados e empregadores (muitas empresas surgem de investimentos por parte de ex-

-operários qualificados ou ex-quadros de empresas que, logo que atingem um capital cultural e monetário suficiente, arrancam com a sua própria empresa), fazem da família ou dos laços de vizinhança e amizade uma instituição viável de realização de projectos de mobilidade sócio-profissional, acentuando uma ideologia familialista e corporativista que deixa pouco lugar para outras instituições como a sindical que supostamente caracterizariam uma formação social de forte recorte capitalista.

Teresa Marques
Álvaro Domingues